

CAPÍTULO 1

A GEOGRAFIA E AS INSTITUIÇÕES MILITARES: A FUNÇÃO DAS ESCOLAS MILITARES NA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Data de submissão: 11/01/2023

Data de aceite: 01/03/2023

Marco Túlio Martins

Docente na Universidade Estadual de
Goiás – Pires do Rio - GO
Pesquisa financiada pela Universidade
Estadual de Goiás
<http://lattes.cnpq.br/4645702225149575>

Laís Naiara Gonçalves dos Reis

Docente na Universidade Estadual de
Goiás – Itapuranga - GO
<http://lattes.cnpq.br/2113340755707012>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo geral mostrar como historicamente as instituições militares, sobretudo a partir do século XIX, produziram um conhecimento eminentemente geográfico que seria utilizado pelo Estado com a finalidade de consolidar seus projetos territoriais. Assim, será demonstrado basicamente como ocorreram as transformações dos currículos das escolas militares e o quanto essas transformações estavam em acordo com as transformações ocorridas no Brasil no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Militares; Instituições militares.

GEOGRAPHY AND MILITARY INSTITUTIONS: THE ROLE OF MILITARY SCHOOLS IN THE PRODUCTION AND DISSEMINATION OF GEOGRAPHIC KNOWLEDGE

ABSTRACT: This work has as main objective to show how historically the military institutions, especially from the nineteenth century produced an eminently geographic knowledge that would be used by the State in order to consolidate their territorial projects. So basically it will be demonstrated how the changes occurred curricula of military schools and how these changes were in line with the changes occurred in Brazil in the nineteenth century.

KEYWORDS: Geography; Military. Military institutions.

INTRODUÇÃO

Os estudos geopolíticos no Brasil podem ser datados do início do século XX, sobretudo, a partir do final da década de 1920-1930. Este fato é tido como um marco importante na formação sócio-espacial do Brasil.

Percebe-se nos meios militares do Exército, nas instituições que o compõe,

a existência corrente de um esforço para entender o território. Esse esforço pode ser percebido nas disciplinas que compunham os currículos das escolas militares bem como nos objetivos de várias instituições militares preocupadas, sobretudo, com a produção cartográfica do território. Havia também figuras expressivas dentro dessas instituições militares que produziram obras ligadas ao discurso disseminado pelo Estado, incluindo questões que dizem respeito ao planejamento/ordenamento do território.

As instituições de ensino do Exército tiveram um papel importante na formação de seus oficiais, sobretudo ao que diz respeito ao conhecimento do território. (ZUSMAN, 1996). Ligado a esse fato, uma produção técnica (a cartografia) e intelectual sobre a formação territorial do Brasil começou a ser sistematizada com a criação de várias instituições das forças armadas. Um exemplo dessas instituições foi o *Serviço Geográfico do Exército* criado com o objetivo de sistematizar as ações e os levantamentos de dados sobre o território.

O que se percebe como evidente é o envolvimento do Exército junto ao Estado como o fomentador ou mesmo o propositor desse (re)conhecimento do território. Além de uma produção cartográfica detalhada produzida pelos oficiais do Exército desde o século XVIII, houve também o aparecimento de uma produção intelectual (obras, revistas, compêndios, anuários) que demonstravam os direcionamentos da formação territorial brasileira a partir do século XIX com um discurso evidentemente geopolítico.

Torna-se imprescindível considerar que o Exército é também um campo intelectual e que, sobretudo, a partir do final do século XIX e início do XX, oficiais alunos das escolas militares tornaram-se grandes pensadores geopolíticos contribuindo necessariamente com o projeto territorial brasileiro.

Dentre as instituições militares deve ser destacado, a Real Academia Militar, criada em 1810, que pode ser considerada a primeira instituição militar de ensino no Brasil¹. Essa instituição, tais como outras que surgiram no decorrer do século XIX até meados do XX, tiveram um papel fundamental para a formação de um grupo dentro da sociedade brasileira – os intelectuais militares (alguns denominados de geopolíticos) – que apresentaram um papel crucial no que diz respeito à formação sócio-espacial brasileira. (MOTTA, 2001).

Assim, este trabalho tem como objetivo geral mostrar como historicamente as instituições militares, sobretudo a partir do século XIX, produziram um conhecimento eminentemente geográfico que seria utilizado pelo Estado com a finalidade de consolidar seus projetos territoriais.

O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NA GÊNESE DAS INSTITUIÇÕES MILITARES (1810-1880)

No início do século XIX as guerras napoleônicas movimentaram a Europa contra

¹ Antes da criação da Real Academia Militar (1810) havia também um ensino militar não institucional que representou as primeiras formas de ensino militar no Brasil. Pode-se verificar essa informação em várias bibliografias específicas da área, principalmente nas teorizações de Nelson Werneck Sodré sobre a História Militar do Brasil (1965).

a Inglaterra e suas consequências foram vivenciadas pela Coroa portuguesa. O bloqueio comercial imposto por Napoleão entre a Inglaterra e o restante do continente afetou diretamente Portugal, aliado inglês. Uma das consequências dessas agitações na Europa foi a transferência, em 1807, da Corte portuguesa para o Brasil.

A infraestrutura que veio para a Colônia foi imensa: o aparelho burocrático foi todo transferido: ministros, conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha e membros do alto clero. “Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.” (FAUSTO, 2008, p.121).

A época era de plena “transfiguração”. A Colônia passava por um processo de recepção da Corte e provocou uma mudança estrutural na sua condição. Foi neste contexto que, dois anos após a chegada da Coroa, em 1810, em quatro de dezembro, foi criada a Real Academia Militar.

Com a criação da Real Academia Militar, D. Rodrigo de Souza Coutinho – Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – tinha como uma de suas missões a criação de um Exército minimamente unificado para a colônia. Segundo Motta (2001), D. Rodrigo entendia que um “exército valeria o que valem os seus oficiais” e que a implantação de condições para a formação profissional dos membros do Exército seria fundamental para assegurar uma defesa mínima do território.

Mesmo com as resistências sofridas para a criação da Real Academia Militar na Colônia, o idealizador D. Rodrigo Coutinho construiu uma proposta bem estruturada para essa instituição. Ela teria o papel fundamental de formação dos oficiais para o Exército, mas também, de formação de engenheiros para atuar diretamente na estruturação e produção do espaço colonial português. Neste sentido, as pessoas que seriam direcionadas para atuar diretamente na infraestrutura da Colônia sairiam dos bancos da Real Academia Militar. “Daí a ideia: a mesma escola que cuidar das técnicas da guerra militar, cuidará, por igual, dessa outra guerra que se traduz em estradas, portos, canais”. (MOTTA, 2001, p.21).

Com o estatuto de 4 de dezembro de 1810 que criou a Real Academia Militar, surgiram no Brasil colonial os estudos de Matemática Superior e Engenharia. “Antes dos cursos jurídicos e ao mesmo tempo em que os de Medicina, os de Engenharia foram postos à disposição da mocidade brasileira”. (MOTTA, 2001, p.21).

A partir da constituição do estatuto de 4 de dezembro de 1810 foi também instituído um currículo² que respondesse às propostas das finalidades que a Real Academia Militar

2 Foi considerado um currículo copioso, extenso e revolucionário por muitos estudiosos. “Não há dúvida que adotar a solução de D. Rodrigo era trilhar caminhos difíceis. Estudar as Matemáticas Superiores, as Ciências Naturais, a Mecânica, no Brasil daqueles tempos, era ato heroico, que ia ao arrepio de todas as tendências, que não encontrava qualquer apoio na estrutura econômico-social dominante, que feria os hábitos de uma cultura humanístico-literária muito sedimentada. Não seria fácil, certamente, organizar estudos que tais, e não é dizer nenhuma novidade o afirmar que não havia pessoas habilitadas para um magistério plenamente capaz, que os livros didáticos não eram contraditórios, que os materiais de laboratório não existiam. Se não fora assim, não estaríamos no Brasil de 1811. O importante, no caso, porém é assinalar que, a despeito das carências e dos óbices, a Academia acabou prevalecendo, mais forte do que tantas vicissitudes. Seu currículo, ato de coragem e de desafio, decorreu de elaboração mental valiosa e meritória.

foi incumbida. O primeiro currículo teve duração de sete anos e formou o oficial do Exército nos seguintes moldes:

1º ano: Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho.

2º ano: Álgebra, Geometria, Geometria Analítica (com designação de “aplicações de Álgebra à Geometria), Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho.

3º ano: Mecânica, Balística e Desenho.

4º ano: Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho.

5º ano: 1) Tática, Estratégia, Castrametração, Fortificação de campanha e reconhecimento do terreno. 2) Química.

6º ano: 1) Fortificação regular e irregular, ataque e defesa de praças, Arquitetura civil, Estradas, Portos e Canais. 2) Mineralogia e Desenho.

7º ano: 1) Artilharia, Minas. 2) História Natural (MOTTA, 2001, p.22-3).

Percebe-se, portanto, o destaque sobre a necessidade de se ter um conhecimento do território e a preocupação na formação de oficiais capacitados em construir uma infraestrutura básica no território colonial português. A forma estrutural do primeiro currículo da Real Academia Militar ficaria, durante vinte anos, em execução, cedendo lugar a outro somente em 1832. A evolução curricular dessa instituição, uma das principais instituições militares do período colonial, revela o grande debate político existente dentro das forças armadas terrestres e o envolvimento do Estado nas políticas elaboradas por essa instituição.

Entre os anos de 1831 a 1850 a Real Academia Militar passou por cinco importantes e atormentadas reformas. Foram pequenas modificações ocorridas, sobretudo, no currículo e no regulamento, realizadas por decretos do Executivo, sem que o legislativo estivesse sendo consultado sobre o teor do conteúdo. Tais reformas aconteceram nos anos de 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845.

Nessa terceira década do século XIX uma definição clara dos objetivos da Real Academia Militar era necessária para que uma coerência maior fosse estabelecida entre o currículo e o seu regime. Entretanto, as promulgações dessas reformas sucessivas não tinham este objetivo. “Aos seus autores não ocorreu a necessidade de uma inicial e explícita definição daquelas finalidades”. (MOTTA, 2001, p.58).

Percebe-se que as reformas expressas entre 1832 e 1845 não obtiveram grandes avanços em direção a uma proposta fundamentalmente original e que tivesse uma prática curricular por mais de três anos. Neste sentido, até meados do século XIX tem-se uma Academia Militar ainda nos moldes promulgados em 1810 apresentando alguns avanços somente no que diz respeito à organização, regime e métodos de trabalho. (MOTTA, 2001)

Inseria-se na melhor corrente de idéias da época, aquela que então já valorizava, devidamente, as matemáticas e as ciências, já era sensível aos valores da técnica e da ação prática contrapostos aos de uma cultura ociosa e contemplativa. Sobretudo, esse currículo colocava a formação do oficial em termos altos e elevava a categoria da técnica militar, vista como ação complexa resultante de saber sólido” (MOTTA, 2001, p.26-7).

(RUDZIT, 1997). Um dos problemas enfrentados, sobretudo entre os anos de 1811-1830, foi o recrutamento de professores³, melhorado gradativamente com o passar dos anos.

A última reforma desse período até 1850 datou de 1845, momento em que os reclames para uma militarização no ensino do Exército foram colocados definitivamente em prática. Esses reclames apareceram até meados do século XX quando da criação de várias outras instituições militares, de ensino ou não, com o objetivo de criar um ensino focado nas artes da Guerra. Contudo, as forças armadas terrestres não objetivavam somente um ensino tático, mas um ensino que formasse politicamente seus oficiais.

Esse currículo, de forma geral, manteve certa estabilidade pelo fato de não ter revolucionado a estrutura posta desde a criação da Real Academia Militar.

Algumas disciplinas, tais como, Química, Topografia e Arquitetura, estão presentes em todas as reformas das escolas militares. Entretanto, as disciplinas de Botânica, Zoologia, Geologia e Mineralogia aparecem em algumas reformas e desaparecem em outras. Outro destaque sobre essa evolução curricular refere-se ao aparecimento da disciplina História Militar. Essa disciplina aparece neste período com a finalidade de mostrar aos oficiais em formação o sentido da existência, consolidação e unificação das forças armadas. (SODRÉ, 1965).

A propósito da formação dos engenheiros nos moldes do ensino do Exército, essa sempre cumpriu o papel de formar os homens aos quais sempre couberam “os ônus e as honras” de um ensino completo: a Matemática, as Ciências, a Mecânica, a Geodésia, a Astronomia, as técnicas de Engenharia Civil e os conhecimentos militares mais dilatados. (MOTTA, 2001, p.81). De acordo com a Reforma de 1832, a formação de engenheiros foi dividida em três categorias: o “engenheiro militar”, o “engenheiro geógrafo” e o “engenheiro de pontes e calçadas”.

A presença de alguns professores com especializações nas áreas às quais foram designados para ministrar aulas foi extremamente importante no que diz respeito ao conhecimento transmitido para os alunos. Duas figuras destacaram-se no panorama científico do país: Frederico Cesar Burlamarque e Guilherme Schuch de Capanema. Eles tinham seus estudos e pesquisas voltados para a Física e a Mineralogia e buscavam sempre desenvolver estudos sobre as riquezas nacionais, possibilitando, assim, um conhecimento científico acerca do território.

O que se percebe no geral é que desde a criação da Real Academia Militar (1810) até as consequências e mudanças provocadas pela Guerra do Paraguai (1865-70),

³ “O problema de recrutar professores, neste segundo período, apresentou-se bem mais fácil do que nos idos de 1811-1831. Embora lentamente, as condições culturais do País iam melhorando. O número de pessoas cultas aumentava dia a dia, o comércio de livros se ampliava, ensejando a muitos o domínio de certa bibliografia, sobretudo, de origem francesa. E, fator essencial, a própria Academia se constituía fonte fornecedora de lente, através dos seus diplomados. A primeira geração de professores foi constituída de homens que haviam realizado seus estudos em Portugal, na Universidade de Coimbra ou na Academia Real de Marinha. Esta segunda já era gente feita no Brasil, muitos formados na ambiência da Academia. Alguns nomes desta nova geração se alçariam à posição de relevo, como professores muito eficientes. Foi o caso de Pedro de Alcântara Belegarde e de Frederico Leopoldo Cesar Burlamarque, operosos, interessados em melhorar as condições de ensino” (MOTTA, 2001, p.72-3).

ocorreram uma série de transformações nos currículos das escolas militares – não somente da Real Academia Militar – e que estiveram diretamente influenciadas pelas necessidades que se impunham naquele período. A Geografia como disciplina nos currículos das escolas militares apareceu desde 1810, podendo-se afirmar que, de alguma maneira, o que era definido como Geografia já apresentava singular importância. Mesmo com todas as dificuldades impostas no início do século XIX e, mesmo com a impraticabilidade do currículo proposto por D. Rodrigo Coutinho, já havia uma proposta de inserção de uma certa Geografia – ligada aos conhecimentos de engenharia – nos currículos das Escolas Militares⁴. Uma discussão mais ampliada em relação a essa temática pode ser verificada em Martins (2013).

Outras formas de ensino de Geografia apareceram no decorrer do desenvolvimento dos currículos, veiculadas por uma proposta do que se queria também como Exército. O próprio termo *geográfico* foi cunhado diversas vezes nos currículos complementando o nome de outras disciplinas, como é o caso, por exemplo, do *Desenho Geográfico*.

Como não há descrição dos programas das disciplinas, o aprofundamento teórico sobre o conteúdo de cada uma delas fica comprometido. Entretanto, é importante registrar o interesse e o destaque dado pelos propositores dos currículos, ou seja, àquelas figuras ligadas ao Estado, acerca de um conhecimento geográfico presente nos mesmos.

DOS MOMENTOS QUE ANTECEDEM A REPÚBLICA AO SURGIMENTO DA DISCIPLINA GEOGRAFIA NOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS MILITARES

Os oficiais do Exército brasileiro começaram a integrar e a fazer parte do embate político nacional mais organizadamente a partir das últimas décadas do século XIX. Entretanto, o oficialato viu-se diante dos limites de sua formação, sobretudo, “quanto às mudanças técnicas que se desenvolvem pelo mundo, levando a se preocupar com a sua formação técnico profissional” refletindo numa iniciativa de renovação implementada em 1874. (RUDZIT, 1997, p.39).

Entre os anos de 1874 e 1904, a Escola Militar passou por quatro reformas, sendo duas delas ainda no Império (1874 e 1889) e outras duas na República (1890 e 1898). A primeira dessas reformas tinha dois objetivos principais: liberar o Exército no que diz respeito à formação de engenheiros para as atividades civis e centralizar numa só escola os estudos militares, antes distribuídos entre o Largo do São Francisco e o da Praia Vermelha.

Assim, enquanto a Escola Central era entregue ao Ministério do Império, a Escola Militar da Praia Vermelha passava a englobar, além dos cursos de Infantaria, de Cavalaria e de Artilharia, os de oficiais para os Corpos de Estado-Maior e de Engenheiros (MOTTA, 2001, p.159).

⁴ “A Geografia brasileira, explicitamente assim nomeada, aparece nesse quadro como atividade de ‘escola normal’ e, do ponto de vista da pesquisa, como ocupação de engenheiros (basicamente os denominados cartógrafos). Na verdade, quase todo o campo das ciências da Terra e da tecnologia ficava sob a órbita das escolas militares” (MORAES, 2011, p.116).

O Exército não formaria mais aqueles oficiais engenheiros que tinham como objetivo final as obras civis. “Não é que o exército não dê mais importância à formação de engenheiros, e sim o contrário, pois na guerra do Paraguai é demonstrada a importância desta especialização”; contudo, para os oficiais do Exército se faz a necessidade de um engenheiro militar. (RUDZIT, 1997, p.40).

A reforma de 1874 apresentou o aspecto de “homogeneizar a formação de seus oficiais”, ao procurar um ensino que tivesse como base as questões militares e o afastamento dos mesmos de uma formação civil.

Uma das características do currículo de 1874, no que diz respeito à disciplina Geografia foi o seu aparecimento, pela segunda vez, no Curso Preparatório. Não há possibilidade de se relacionar diretamente a influência da Geografia na formação dos oficiais do Exército – da ciência geográfica proposta pelo ensino do Exército – através do conteúdo ministrado. Contudo, podem-se fazer correlações indiretas que levam a algumas conclusões a respeito dessa disciplina Geografia, não somente dela como de todo o conjunto de disciplinas que apresentavam uma menção ao termo *geográfico*.

Um exemplo de uma possível correlação é a análise das produções dos intelectuais advindos de uma formação no ensino militar. É o caso de Nelson Werneck Sodré, Mário Travassos, Golbery de Couto e Silva dentre outros. Esses, iniciaram suas produções no início do século XX e apresentaram um referencial teórico em Geografia que direcionou suas tendências teórico-metodológicas.

Ainda no que diz respeito ao currículo de 1878 comparando-o com os antecessores, percebe-se uma dispersão das matérias correlacionadas com Geografia atual: “no Curso de Infantaria e Cavalaria, Desenho Topográfico, Topografia e reconhecimento de terreno, além do Direito Natural, pode ser correlacionado aos temas da Geografia Humana”. (RUDZIT, 1997, p.43).

No curso de Estado-Maior, há um destaque a ser feito: “a aula de desenho geográfico pode ser correlacionada ao atual curso de Cartografia, principalmente pelo destaque dado à redução de cartas”. (RUDZIT, 1997, p.43). Outro ponto importante a ser destacado é que o curso foi caracterizado pelo mesmo de Artilharia “acrescido de um quarto ano para as matérias de Astronomia, Geodésia, Direito Administrativo, Economia Política e Administração Militar”. O currículo de 1874, denominado posteriormente de “Regulamento Polidoro”, teve uma duração de quatorze anos. Cedo começaram as críticas⁵ direcionadas a ele, considerando-o demasiado teórico. Contudo, vieram as ricas discussões e as novas

5 As críticas ao currículo de 1874 cedo começaram a surgir, vindas de dois campos opostos: os que desejavam a ampliação do ensino teórico e os que proclamavam o exagero deste ensino. Diziam os primeiros: “as ciências, nos últimos anos, têm tido tal desenvolvimento que se torna indispensável o desdobramento de algumas cadeiras”. E propunham: a Álgebra Superior deveria sair da primeira cadeira do primeiro ano, para melhor desenvolvimento da Analítica e do Cálculo; a Química inorgânica deveria constituir cadeira à parte, não jungida à física; a Mineralogia e a Geologia precisavam separar-se da Botânica e da Zoologia. Nesses termos colocava o problema o comandante da Escola, muito embora ele mesmo, em relatório de 1886, no fale da tremenda sobrecarga de estudos que cai sobre os alunos e afirme que “a não ser alguns privilegiados, poucos são os que em um só ano conseguem ser aprovados em todas as matérias (MOTTA, 2001, p.168).

proposições, a fim de enriquecer os debates políticos da época. (RUDZIT, 1997, p.43).

A nova situação política que apontava no contexto brasileiro, a República, provocou os anseios para uma nova reforma no ensino militar. Há, assim, oficiais que estiveram sempre preocupados com a renovação/modernização das condições desse ensino, sobretudo, ao que diz respeito à profissionalização do/no Exército. Sendo assim, e é perceptível em toda evolução curricular que aqui se demonstra, o ensino no Exército herda a concepção positivista que se fortalece com a Proclamação da República.

Logo após a proclamação da República, Benjamin Constant – antigo professor da Escola Militar da Praia Vermelha e defensor do Positivismo, e agora no posto de General – assumiu o Ministério da Guerra. Ele foi o precursor da primeira reforma no ensino militar na República. Em abril de 1890, um novo currículo para o ensino foi formulado e denominado “currículo Benjamin Constant”. Este veio fortemente influenciado por uma concepção positivista. (RUDZIT, 1997, p.72).

Além das ideias e das proposições acerca das escolas militares baseadas no positivismo, tem-se também um discurso presente nas obras dos intelectuais do início da República que contribuiu para a sustentação dessa concepção positivista: a ideia de “missão para salvação da pátria”. Estes intelectuais são denominados por Scevecenko (1985) de “mosqueteiros intelectuais”: “apregoam serem os responsáveis pela indicação do ‘único caminho seguro para a sobrevivência e futuro do país’”. O caminho deveria ser baseado nas transformações advindas da Europa, tendo como pressuposto a necessidade de uma missão civilizadora e modernizadora. É neste contexto que o currículo Benjamin Constant apareceu em 1890.

Arrojados num processo de transformação social de grande proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por “mosqueteiros intelectuais”.

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga,

que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militantes (SEVCENKO, N, 1985, p.78-9).

O currículo Benjamin Constan trouxe mudanças radicais em relação àqueles que vinham sendo construídos e aplicados durante todo o século XIX nas Escolas Militares. O *Curso Preparatório*, em particular, carregou um aspecto de originalidade. No que se refere à Geografia, ela não apareceu naquele momento somente como um tópico único e específico, mas surgiu subdividida em Geografia Física sul-americana e brasileira.

Destaca-se também a utilização do termo Geografia Política. Este currículo, como os anteriores, não apresentou detalhes do programa da disciplina ministrada, não podendo detalhá-lo minuciosamente. (RUDZIT, 1997, p.77). Entretanto, o avanço deste currículo em relação aos outros é evidente, sobretudo, no que se refere à Geografia. O termo Geografia Política foi utilizado antes mesmo do lançamento do livro homônimo de Friedrich Ratzel (1897), sendo este considerado o pioneiro em estudos sobre o tema. “Portanto, confirma-se que a geografia já é incluída nos estudos das escolas militares antes mesmo da sua sistematização no país”. (RUDZIT, 1997, p.78).

Em relação ao currículo do *Curso Geral*, a ordem em que as matérias apareceram seguiu categoricamente o conteúdo dos estudos propostos por Comte, ou seja, Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral. (RUDZIT, 1997, p.78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acima, há a necessidade de algumas conclusões que dizem respeito ao papel do Exército na política nacional bem como o papel exercido pelas instituições militares de ensino na formação dos oficiais.

O Exército em diferentes momentos participou de alguma forma dos caminhos políticos brasileiros. Essa participação nem sempre ocorreu com a mesma intensidade, porém, houve uma correlação entre os acontecimentos na vida política do Brasil e as transformações por que passaram o ensino militar.

A Geografia, ou mesmo os conhecimentos que estão ligados a esta ciência, estiveram presentes desde a criação da Real Academia Militar em 1810. Como se pode depreender do exposto, mesmo quando os conhecimentos geográficos não apareciam com essa denominação faziam parte do arcabouço teórico das escolas militares.

Segundo Rudzit (1997), os alunos dessas escolas militares tiveram a oportunidade de entrar em contato com as duas correntes teórico-metodológicas que dominaram o debate teórico na Geografia naquela época: o embate entre geógrafos alemães e franceses. “Coincidentemente, ou não, foi a mesma disputa que ocorreu pelo controle do ensino militar”, que acabou “ficando a cargo da Missão Francesa”. (RUDZIT, 1997, p.157).

A partir da década de 1930, os instrutores franceses tornam-se supervisores e assessores nas escolas militares. A função de instrutores, ou seja, de professores destas

instituições, a partir desse momento ficou a cargo de brasileiros. Este processo teve uma importância fundamental para o desenvolvimento da Geopolítica brasileira.

Mesmo sem o devido espaço neste trabalho para que se possa fazer uma discussão com tal profundidade, o mesmo apresentou um panorama geral de como ocorreram diversas transformações curriculares e institucionais nas escolas militares bem como a forma que o conhecimento geográfico – ou a própria Geografia – apareceu nos espaços institucionais das forças armadas e contribuiu para a formação daqueles que estavam à frente do comando do Estado.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Didática, 1).

MARTINS, M.T. **A Geografia e o projeto de Brasil**: pensamento geográfico em Nelson Werneck Sodré (1939-1945). Dissertação de Mestrado (Área de concentração em Geografia Humana) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil**: Capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MOTTA, J. **Formação do Oficial do Exército**: Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001

RUDZIT, G. **O processo de formação do oficial do Exército brasileiro & a Geografia (1850 – 1930)**. 184 f. Dissertação de Mestrado (Área de Concentração em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SEVCENKO, N. **Literatura como Missão**. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SODRÉ, N.W. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1965.

ZUSMAN, P. B. **Sociedades Geográficas na Promoção do Saber a respeito do território**. Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1832-1945). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.